

# **PENSAMENTO GRAMSCIANO E A RELAÇÃO 'TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E CENTRALIDADE DOS SUJEITOS SOCIAIS NA CENA HISTÓRICA'**

Altineia Maria Neves  
PPGSS/UERJ  
E-mail: altineves@gmail.com

**Resumo:** O presente texto tem como objetivo apresentar breves apontamentos sobre a aproximação entre o pensamento de Gramsci e o Serviço Social brasileiro a partir da década de 1970. Ao resgatar a força do legado de Gramsci no fazer da profissão, enfatiza-se a perspectiva sócioeducativa assumida pelos agentes profissionais junto aos segmentos populares da classe trabalhadora e a centralidade desses sujeitos na cena histórica.

**Palavras Chave:** Pensamento Gramsciano. Serviço Social. Trabalho Profissional.

## **1 - INTRODUÇÃO:**

O presente trabalho busca centrar atenção nas dimensões assumidas pela influência do pensamento gramsciano no Serviço Social brasileiro. Nesse sentido, busca-se resgatar a força do pensamento deste autor italiano no “fazer” desta profissão a partir do que está expresso na literatura profissional desde a década de 1970 quando Gramsci passa a ser um marco teórico significativo nas elaborações do Serviço Social. E, ainda, resgatar as traduções desta influência no exercício profissional dos assistentes sociais enfatizando-se, assim, a perspectiva sócioeducativa assumida pelos profissionais junto aos segmentos populares da classe trabalhadora e a centralidade desses sujeitos na cena histórica.

Para este breve estudo, é importante sinalizar que a análise do estatuto do Serviço Social na sociedade contemporânea tem sido feita a partir de três diferentes ângulos no interior da tradição marxista, o que vem expressando as polêmicas em torno do debate sobre as três posições presentes no Serviço Social: a concepção do Serviço Social como “trabalho” cujo fundamento se busca em Marx; o Serviço Social como “ideologia” tendo Lukács como referência em sua fundamentação teórica; e o Serviço Social concebido como “práxis” cuja influência em sua base teórica vamos encontrar no pensador italiano Antonio Gramsci (Iamamoto, 2008, p. 216).

Ao considerarmos tais polêmicas no debate atual sobre a profissão, nossa pretensão nesta breve incursão é extrair elementos que concorram para os estudos sobre o exercício profissional do assistente social no contexto brasileiro e sua relação com o legado deixado por Gramsci.

Nesse sentido, abordamos três aspectos nesta breve análise: a influência do pensamento gramsciano no percurso histórico-político do Serviço Social brasileiro; a cultura como um processo social e sua incidência no trabalho profissional do assistente social; a inserção profissional nos espaços de controle democrático e o desafio da mobilização popular.

## **2 - A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO GRAMSCIANO NO PERCURSO HISTÓRICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

Para realizar uma brevíssima retomada histórico-político acerca da influência do legado de Gramsci no Serviço Social brasileiro, os autores Simionatto (2004) e Netto (1990) constituem aqui duas importantes referências nesta primeira parte do trabalho. Ambos os autores sinalizam informações valiosas nessa direção, sendo que a primeira toma como objeto de sua análise a influência do pensador italiano no percurso sociohistórico da profissão. Já o segundo situa a profissão no quadro conjuntural sob a autocracia burguesa no período de 1960 a 1980, cujo processo de renovação desencadeado neste contexto contribuiu para o surgimento de um novo debate no seio da categoria profissional e, nesse sentido, nos permite apreender a influência de Gramsci no Serviço Social brasileiro.

De acordo com Simionatto, em meados da década de 1960, quando as primeiras obras de Gramsci foram traduzidas e publicadas no Brasil, o Serviço Social afirmava-se como profissão liberal. Para Netto, trata-se de um período em que se observam os primeiros questionamentos às matrizes conservadoras que subsidiavam o discurso e a prática profissional desde a sua implantação<sup>1</sup>.

Se na década de 1960 não se impunham discordâncias teórico-políticas no interior do Serviço Social, a partir da metade desta década, conforme análise de Netto, as características do processo de renovação serão profundamente heterogêneas, com matrizes teórico-metodológicas diferenciadas e momentos bastante distintos, pois este processo será norteado por três tendências, em que cada uma denota um esforço de sincronia com as exigências da realidade nacional, em suas problemáticas macroteóricas. Assim, a *Perspectiva Modernizadora* detém influência do estrutural-

---

<sup>1</sup> Deste período, a literatura profissional do Serviço Social destacará o Movimento de Reconceituação ocorrido no período entre 1965 e 1975, um movimento que buscou uma profunda revisão da profissão, tendo em vista um Serviço Social voltado para a América Latina e marcado pela ruptura política com o conservadorismo.

funcionalismo (norte-americana); a *Reatualização do Conservadorismo* que empreende um recurso à fenomenologia (tradição filosófica alemã que chega ao Brasil com infiltração francesa, sem recorrer aos clássicos); e a *Intenção de Ruptura* que desenvolve uma interlocução com o marxismo – ocorrendo um ”*espraiar da tradição marxista por toda a categoria* –, período em que algumas universidades começam a se fundamentar nos escritos de diversos teóricos marxistas, como Gramsci por exemplo.

A segunda metade da *década de 1970*, segundo Simionatto, marcará o encontro do Serviço Social brasileiro com o pensamento deste autor italiano nos marcos da tradição marxista, quando se observa sobretudo um relativo distanciamento do pensamento althusseriano e Gramsci passa a ser um marco teórico significativo nas elaborações do Serviço Social:

O referencial gramsciano é buscado, inicialmente, como possibilidade para pensar a atuação do assistente social enquanto intelectual orgânico, marcando o seu compromisso com as classes subalternas. Este eixo de reflexão, nem sempre inspirado numa leitura correta da obra gramsciana, foi muitas vezes utilizado para reeditar certas tendências da visão missionária do assistente social em face dos segmentos pauperizados da população. No entanto, as idéias de Gramsci passaram progressivamente a ser incorporadas pelo Serviço Social, abrindo novas possibilidades para pensar seus referenciais teóricos e suas ações interventivas (SIMIONATTO, 2004, p. 182).

À professora Creusa Capalbo coube, embora sem maior sustentação teórica, conforme sinaliza Simionatto (op. cit., p. 178), a explanação de alguns temas através de intervenções, tais como: a questão do método dialético na tradição marxista, a questão do Estado, da hegemonia, dos intelectuais e do bloco histórico segundo o pensamento de Antonio Gramsci.

Para Simionatto, frente às novas situações históricas deste período, quando a cultura que se ia gestando nos meandros da abertura democrática recolocou em debate diferentes tendências no âmbito do marxismo, destaca-se entre essas tendências o pensamento de Antonio Gramsci. Este passa a fazer parte, neste período, da cultura brasileira e a iluminar, com suas categorias, diversas formas de interpretação da realidade brasileira.

Nesse sentido, a conjuntura nacional do final da década de 1970 possibilitou ainda certa liberdade em termos de organização política e debate intelectual, momento que marca a inserção do Serviço Social no âmbito da universidade, especialmente no que se refere à pós-graduação. Netto (1990) apresenta, nos marcos do momento que ele denomina *intenção de ruptura*, dois trabalhos que se constituem fundamentais no processo de renovação da profissão: o “Método de Belo Horizonte” (BH) e a proposta

de Marilda Villela Iamamoto em “*Legitimidade e crise do Serviço Social*”. Na análise de Simionatto, a base teórica do primeiro é constituída essencialmente pelas teses maoístas e althusserianas, enquanto o segundo centra-se nas fontes originais do pensamento de Marx, com algumas recorrências ao Gramsci de “americanismo e fordismo” e, mais especialmente, à questão dos intelectuais (Id. Ibid., p. 182).

Para Simionatto, de uma forma ou de outra, as elaborações teóricas de Gramsci repercutiram fortemente na produção do Serviço Social em toda a década de 1980, extrapolando para os anos 1990. Suas idéias permearam igualmente o debate profissional além das fronteiras universitárias, o que pode ser verificado nas reflexões ocorridas no encontro realizado pelo CELATS (Centro Latinoamericano de Trabajo Social), em 1979, cuja temática girou em torno da prática institucional do Serviço Social.

Nesse sentido, afirmar-se-á que *toda a prática profissional tem necessariamente uma dimensão política*, pois se, no passado, as formas de prática encontravam-se mais restritas ao âmbito institucional, a categoria passa a entrever, agora, a possibilidade de uma maior aproximação com o movimento organizativo das classes subalternas (SIMIONATTO, op. cit., p. 180-1).

É precisamente no limiar da *década de 1980* que, de acordo com Simionatto, a reflexão do Serviço Social sofrerá uma significativa inflexão, pois gradativamente ocorrerá um debate que prepara o terreno para o despontar de estudos diversificados, cuja base teórica distancia-se cada vez mais das tendências que até então dominavam as discussões no âmbito da profissão. Isto pode ser observado no temário das conferências e das teses apresentadas no V e VI Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, realizados em 1985 e 1989, que, segundo Simionatto, há um constante recurso ao pensamento gramsciano na análise da realidade socioeconômica e política do país, com ênfase nas questões de Política Social bem como reflexões a respeito da dimensão política da prática profissional do assistente social na realidade brasileira (Ibidem, p. 183).

As expressões do pensamento gramsciano entre os pesquisadores do Serviço Social brasileiro têm como ponto de partida as reflexões de Faleiros, pois se trata de um autor, cujo livro lançado no Brasil em 1972 sob o título *Metodologia e ideologia do trabalho social*, que traz as primeiras referências a categorias gramscianas. Semionatto chama a atenção sobre as reflexões deste autor, assentadas em grande parte no pensamento gramsciano e na tradição marxista, extrapolam, portanto, o mero discurso

acadêmico, analisando o efetivo exercício profissional no contexto da sociedade capitalista.

Porém, a difusão do pensamento gramsciano no Serviço Social brasileiro vai além das reflexões de Faleiros, constituindo também objeto de estudos de muitos outros profissionais na atualidade.

As formulações teóricas do Serviço Social surgidas no decorrer da década de 1980, embora revelem uma recorrência significativa às fontes originais gramscianas, são perpassadas ainda, em grande parte, pelas reflexões de intérpretes de Gramsci. Na atualidade há uma superação desse quadro, pois os estudos sobre Gramsci na área do Serviço Social são orientados por pesquisas que não se furtam a ir às fontes para conhecer o pensamento do autor e nele fundamentar sua análise.

### **3 - A CULTURA COMO UM PROCESSO SOCIAL E SUA INCIDÊNCIA NO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**

Ao defender a condição de sujeitos livres e ativos para todos, e não apenas para grupos privilegiados, Semeraro (1999) ressalta que Gramsci reitera o conceito de homem como ser social e como cidadão duma sociedade tão “civil” que chega ao ponto de dispensar o Estado como instância exterior. Nesse sentido, fundamenta-se a trama social a partir da qual podemos situar o sujeito social que constitui a classe subalterna<sup>2</sup> como componente de classe no processo de organização da cultura.

A esfera da cultura tem atraído a atenção de muitos estudiosos, especialmente no que se refere a análise dos sujeitos sociais, desse modo, tomamos aqui alguns autores que nos ajudarão a dar um norte a esta breve abordagem do tema, dentre os quais Mota que situa o tema cultura como mediação para analisar a situação da Seguridade Social brasileira nas décadas de 1980 e 1990; Iamamoto que nos remete ao contexto da relação entre cultura e classes sociais; e Abreu que vai analisar a função pedagógica do Serviço Social a partir da organização da cultura.

Para Mota (2007), a cultura não se constitui numa categoria de análise, mas no próprio objeto da investigação dado que a questão da formação da cultura, como um

---

<sup>2</sup> A categoria subalterno está presente em diversas análises no interior da profissão. Uma das publicações, fruto de um criterioso estudo de Yazbek (1993) intitulado *Classes Subalternas e Assistência Social* busca qualificar *subalternidade* partindo do pressuposto de que esta categoria gramsciana configura-se como “um dos indicadores sociais que ocultam/revelam o lugar que o segmento das classes subalternas que recorre à assistência social ocupa no processo produtivo e sua condição no jogo do poder” (YAZBEK, *ibid.*, p. 66).

processo social, estabelece nexos entre crises e constituição de hegemonia no interior das práticas sociais das classes.

Para a autora, a década de 1990 consolida uma direção política das classes dominantes no processo de enfrentamento da crise brasileira, havendo a constituição de uma cultura persuasiva para definir e tornar universal sua visão do mundo. Procura-se naturalizar a objetividade da ordem burguesa tendo como base o novo conformismo social que visa o consentimento das classes subalternas: crise afeta toda a sociedade, desqualifica as posições antagônicas de classe, constrói um modo de integração passiva.

De acordo com Iamamoto, o processo de produção como reprodução ampliada de relações sociais recria, simultaneamente, a consciência como alienação e a possibilidade de rebeldia por parte daqueles que vivem do trabalho ou dele são excluídos, sendo que seu fundamento concreto está

na tensão entre o trabalhador coletivo como objeto do capital, (...) e o trabalhador como sujeito criativo vivo e 'livre', capaz de reagir ao castigo do trabalho, de lutar contra a sua alienação no processo de sua afirmação como sujeito político-coletivo (IAMAMOTO, 2008, p. 394).

Esta tensão, tem sido apreendida pela literatura contemporânea como *dualidade ou ambigüidade* do legado teórico-metodológico de Marx. Ao situar esta tensão, Iamamoto expõe que as contradições das relações entre classes e as formas de consciência que constroem historicamente passam a ser tratadas como unilateralidades, ora enfatizando a estrutura, ora a ação (id. Ibid., p. 394).

Com base nas formulações de Thompson (1979; 1987) esta autora informa que a noção de experiência do sujeito ganha uma centralidade trazendo à tona o componente cultural no processo de formação das classes, com forte irradiação na literatura histórica e sociológica contemporânea (Ibidem, p. 397). Verificando-se, assim, uma reação as análises de cunho estruturalista, colocando o sujeito no centro da cena histórica. É nesta direção que, segundo a autora, o pensamento sociológico brasileiro na década de 1980 amplia os estudos sobre as classes populares:

Volta-se à compreensão do cotidiano – como espaço simbólico de vivência da dominação e formulação de projetos direcionados a sua ruptura –, à politização do espaço fabril e das esferas da reprodução social. Os trabalhadores passam a ser tratados não apenas no espaço da produção, mas em suas múltiplas dimensões e formas de expressão política (...) são acentuados os dilemas da heterogeneidade e identidade, estimulando os estudos sobre relações de gênero, etnias, ecologia e meio ambiente, espaço e tempo, dentre muitos outros (IAMAMOTO, 2008, p. 198).

Assim, a cultura é uma dimensão essencial na conformação da sociabilidade como parte e expressão das forças políticas em luta pela hegemonia no seio da sociedade em conjunturas históricas determinadas, caracterizando-se segundo Yamamoto como

campo de expressão da alienação e da rebeldia dos refúgios encontrados pelas classes subalternas para se preservarem do castigo do trabalho, presentes no seu universo simbólico e na organização da vida cotidiana. A preocupação é explicar as formas de protesto e reiteração da alienação do trabalho expressas a partir da vivência do trabalho, procurando desvelar o conteúdo *crítico* das práticas culturais – materiais e simbólicas – que nem sempre se traduzem na esfera da política *stricto sensu* (IAMAMOTO, 2008, p. 400).

Importante se faz ressaltar que dentre as polarizações mais frequentes que vêm informando a interpretação do tema cultura, destacam-se a *perspectiva anticapitalista romântica ou conservadora* que nessa acepção, conforme Yamamoto,

a cultura “popular” é pensada como guardiã do passado, portadora de uma visão idílica do homem anônimo, marcada por traços primitivistas e/ou comunitários. Uma visão purista das classes subalternas, não-imaculada pela cultura oficial, é terreno fértil aos populismos. (IAMAMOTO, 2008, p. 401).

A autora expõe ainda que a ruptura com tais vieses analíticos aponta para a fertilidade de análise gramsciana que, considerando a cultura parte do processo social global, transporta as relações de poder e de classe para o centro do debate da questão cultural (ibidem, p. 401).

Abreu (2002) discute a função pedagógica do assistente social mediada pelas políticas públicas – em especial a assistência social – e pelos processos organizativos e lutas das *classes subalternas*, inscrita nos processos de organização da cultura por parte das classes sociais.

Segundo a autora, o Serviço Social apresenta perfis pedagógicos diferenciados ao longo da trajetória profissional: a “pedagogia da ajuda”, a “pedagogia da participação” e a “pedagogia emancipatória das classes subalternas”<sup>3</sup>, que coexistem, refuncionalizadas em disputa no cenário profissional contemporâneo.

---

<sup>3</sup> A *pedagogia da ajuda* constitui o primeiro perfil da prática profissional do assistente social caracterizada pela ajuda psicossocial individualizada, cuja função pedagógica é a formação do trabalhador “fordiano” no processo de organização do *americanism*. A *pedagogia da participação* constitui o segundo perfil da prática profissional do assistente social caracteriza como uma das expressões da estratégia desenvolvimentista modernizadora, calcada nos princípios da auto-ajuda e da ajuda mútua e que teve forte impulso através do Desenvolvimento de Comunidade, um dos métodos do chamado Serviço Social tradicional. A *pedagogia Emancipatória* constitui o

O pressuposto é que a função pedagógica do assistente social é determinado pelo vínculo que a profissão estabelece com as classes sociais; a função pedagógica do assistente social se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos no processo da prática. Tal função é mediatizada pelas relações entre o Estado e a Sociedade Civil no enfrentamento da *questão social*; integrada às estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e no controle social.

A perspectiva da autora funda-se na análise gramsciana sobre a questão pedagógica, vinculando-a ao amplo processo de luta de classes pela hegemonia na sociedade, pois para Gramsci ‘cada relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica’.

Enfim, podemos afirmar com base em Abreu (2002, p. 23) que a organização da cultura pelas classes subalternas a partir da referência gramsciana apresenta-se como constituinte do movimento histórico real de organização dessas classes como *classe para si*.

#### **4 - A INSERÇÃO PROFISSIONAL NOS ESPAÇOS DE CONTROLE DEMOCRÁTICO E O DESAFIO DA MOBILIZAÇÃO POPULAR**

Em relação ao trabalho dos assistentes sociais nos espaços de controle democrático, com base em Bravo (2009), trata-se *a priori* de uma categoria profissional que tem como desafio a retomada de alguns pressupostos já incorporados pelo Serviço Social, tais como: a ampliação da esfera pública, o fortalecimento de instâncias democráticas e a garantia de direitos sociais, desafios para os profissionais que têm como referência um novo projeto societário.

Bravo destaca que, embora desde os anos de 1980 os profissionais de Serviço Social tenham incorporado a temática dos movimentos sociais na formação da profissão, nas pesquisas e na produção acadêmica, a articulação do debate com análises empíricas e sua relação com o trabalho do Serviço Social ainda é muito pequena. Com base na pesquisa realizada por Duriguetto, a autora analisa ainda que a categoria tem dificuldade de tomar sua inserção frente aos movimentos sociais como trabalho profissional.

---

terceiro perfil da prática profissional do assistente social, caracterizou-se pela contestação e ultrapassagem das políticas participacionistas integrativas e subalternizantes e pela construção de estratégias de mobilização, capacitação e organização das classes subalternas (ABREU, 2002).

A experiência dos assistentes sociais nos espaços de controle social, de acordo com Bravo, vem se expressando sob duas formas: como conselheiros e como profissionais. Com relação à ação profissional, há duas direções: o apoio-técnico ou técnico-administrativo e o técnico-político, envolvendo assessoria, pesquisa, socialização de informações; no entanto, a categoria não está sistematizando essas ações.

Ao discutir as funções pedagógicas e intelectuais do assistente social na constituição dos projetos societários pelas classes sociais e na perspectiva do avanço da contribuição desta categoria na construção de uma nova sociabilidade pelas classes trabalhadoras, Abreu (1999) afirma as instâncias conselhistas como espaços profissionais legítimos para os assistentes sociais e de sua contribuição na definição dos rumos desse processo.

A concepção de Estado democrático de direito constitui cada vez mais um processo contínuo e em construção, dado que a consolidação dessa experiência, de acordo com Bravo (2007), é um processo de larga duração tendo em vista, principalmente, o atual momento do país, que é de adoção das políticas neoliberais, políticas estas que são antidemocráticas e antipopulares.

Assim, a perspectiva de mobilização popular constitui um dos grandes desafios na atualidade; trata-se de uma temática ampla e fundamental na reconstrução da democracia no Brasil.

Bravo recorda que, historicamente, a categoria controle social foi entendida apenas como controle do Estado ou do empresariado sobre as massas. É nessa concepção que quase sempre o controle social é usado na Sociologia, remetendo a um sentido coercitivo sobre a população. Porém, com a Constituição de 1988, no marco do processo de redemocratização da sociedade brasileira, o sentido controle social passa a ser o da participação da população na elaboração, implementação e fiscalização das políticas sociais (Ibidem, p. 17-18).

Controle social, então, tem um sentido de participação popular na definição, no controle e na avaliação dos resultados do investimento público, que deixa de ser uma participação episódica, para tornar-se cotidiana. Uma participação que interfere na gestão pública com uma discussão coletiva, concebida como a gestão nas políticas, por meio do planejamento e da fiscalização, pela sociedade civil organizada

De acordo com Abreu (1999), os conselhos apresentam-se como uma mediação da participação da sociedade civil na esfera estatal e sua institucionalização reflete

interesses contraditórios de inscrição da sociedade civil no sistema descentralizado e participativo de gestão das políticas públicas.

Nesta mesma visão crítica, Bravo (2009) analisa que atualmente há duas vertentes que norteiam a análise dos conselhos: a primeira é fundamentada em Gramsci e tem a adesão da maioria dos estudiosos do Serviço Social. Nela, as contradições de classes são apreendidas como questão central desses mecanismos e, nesse sentido, os Conselhos são concebidos como arena de conflitos, onde estão em jogo interesses antagônicos. A segunda vertente que expressa outras áreas de estudo, concebe os Conselhos como espaços de consenso, de pacto, onde os diferentes interesses sociais convergem para o interesse de todos (ibid., p. 406).

O envolvimento dos assistentes sociais neste campo do controle social tem como objetivo fortalecer a gestão democrática por meio do fomento à participação e mobilização da sociedade.

As possibilidades até aqui discutidas em vista do protagonismo dos sujeitos sociais - como a perspectiva de controle social que ainda está em construção e o desafio de mobilização, são parte de um processo de construção da redemocratização do Brasil que ainda está inconcluso.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ABREU, Marina. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. SP: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A relação entre o Estado e a sociedade civil – a questão dos conselhos de direitos e a participação do Serviço Social*. In: *Serviço Social & Movimento Social* – n. 1, São Luis do Maranhão. Outubro/1999 - (61-75).
- BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Débora de Sales; MENEZES, Juliana Souza Bravo (Orgs.). *Políticas Públicas de Saúde no Rio de Janeiro: Modelos de Gestão e Agenda para a Saúde*. Rio de Janeiro: UERJ/FSS/Projeto Políticas Públicas de Saúde, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático*. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009.
- IAMAMOTO, M.V. *Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MOTA, A. E. *Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.
- NETTO, J.P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.
- SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a Sociedade Civil – cultura e educação para a democracia*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci? Sua teoria, incidência no Brasil e influência no Serviço Social*. 2.ed. Florianópolis: Cortez – Ed. Da EFSC, 1999.
- YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes Subalternas e Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 1993.